

Habeas Corpus nº: 0004026-08.2014.8.17.0000 (0333223-0)

Comarca Origem: Vara do Tribunal do Júri de Olinda

Impetrante: Ivanilson da Silva Albuquerque

Paciente: **Elias Soares Freitas**

Relator: Des. Mauro Alencar de Barros

Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Procuradora de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba

Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

EMENTA

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO DE TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA. QUESTÃO FÁTICA QUE NÃO PODE SER AVERIGUADA NA VIA ELEITA. INDÍCIOS DE AUTORIA QUE BASTAM PARA A MEDIDA EXTREMA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A PREVENTIVA. MEDIDA QUE SE JUSTIFICA. ORDEM NÃO CONHECIDA COM RELAÇÃO À NEGATIVA DE AUTORIA, E, NA PARTE CONHECIDA, DENEGADA, À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Não se mostra possível, na via ora utilizada, avaliar teses de negativa de autoria, tendo em vista que, para tanto, seria necessário um exame aprofundado das provas carreadas aos autos. Toda e qualquer discussão relativa à autoria deve ser reservada ao processo crime, com a devida instrução, por ser o momento oportuno para que a defesa técnica seja apresentada e

faça provas em favor da paciente, sendo, portanto, a presente medida via imprópria para suscitar tais alegações.

2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo.


3. Se a prisão do paciente está devidamente fundamentada, com a observância dos requisitos legais, tendo em vista a necessidade de garantia da ordem pública, pelo fato de que, se solto o acusado, existirá sempre a possibilidade de cometer crimes, inclusive por já ter sido condenado e cumprido pena de três anos por roubo, não há que se falar em constrangimento ilegal por ausência de requisitos para a custódia.

4. Ordem não conhecida com relação à negativa de autoria, e, na parte conhecida da medida, denegada, à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de **Habeas Corpus nº 0333223-0**, em que figura como impetrante Ivanilson da Silva Albuquerque e como paciente **Elias Soares Freitas**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em não conhecer da alegação de negativa de autoria, e, na parte conhecida da medida, denegar a ordem, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 04 de junho de 2014


Des. Claudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto

Habeas Corpus nº: 0004026-08.2014.8.17.0000 (0333223-0)
Comarca Origem: Vara do Tribunal do Júri de Olinda
Impetrante: Ivanilson da Silva Albuquerque
Paciente: **Elias Soares Freitas**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Procuradora de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado por Ivanilson da Silva Albuquerque, em favor de **Elias Soares de Freitas**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Olinda (proc. nº. 0008977-53.2012.8.17.0990).

O impetrante sustenta que **o paciente não praticou a conduta delitiva descrita na exordial acusatória**; que todas as testemunhas afirmaram que não presenciaram qualquer ameaça de morte à vítima; e que a própria vítima jamais afirmou ter sido ameaçada de morte pelo acusado ou que este portava arma de fogo.

Assevera, por outro lado, que há **atraso na marcha processual**, vez que foi designada audiência de instrução e julgamento para 09/09/2012, mas, terminada a instrução, o Ministério Público requereu diligência, solicitando laudo de eficiência da arma que não foi juntado aos autos.

ck

Defende que a hipótese é de verdadeiro cumprimento antecipado da pena, vez que o paciente já está segregado há mais de 1 (um) ano e 8 (oito) meses, mesmo com a instrução encerrada, não se justificando o atraso na diligência requerida pelo *Parquet*.

Argumenta, ainda, que, *in casu*, **não estão presentes os requisitos para a preventiva**, impondo-se a soltura do acusado, mesmo porque, segundo destaca, nem em caso de condenação, a depender do redutor aplicado, o requerente será segregado, já que poderá ser beneficiado com o *sursis* do Código Penal (art. 77).

Requer, em sede de liminar e no mérito, a concessão da ordem, com a imediata expedição do competente alvará de soltura.

Juntou os documentos de fls. 14/144.

O **pedido liminar foi indeferido** (fls. 152/153).

Informações prestadas às fls. 159/160.

O parecer do Ministério Público é pela **denegação da ordem**.

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 10 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto

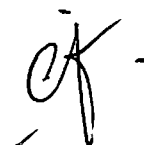
Habeas Corpus nº: 0004026-08.2014.8.17.0000 (0333223-0)
Comarca Origem: Vara do Tribunal do Júri de Olinda
Impetrante: Ivanilson da Silva Albuquerque
Paciente: **Elias Soares Freitas**
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Relator Substituto: Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Procuradora de Justiça: Dra. Judith Pinheiro Silveira Borba
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO

Conforme relatado, pretende o impetrante a concessão da ordem, com a imediata expedição do competente alvará de soltura, eis que, segundo sustenta, **o paciente não praticou a conduta delitiva descrita na exordial acusatória, há atraso na marcha processual, além de que não estão presentes os requisitos para a preventiva.**

DA TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA

Quanto a alegação de que o paciente **não praticou a conduta delitiva descrita na exordial acusatória**, a realidade é que, como já se posicionou a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, **não se mostra possível, na via ora utilizada, avallar teses de negativa de autoria**, tendo em vista que, para tanto, seria necessário um exame aprofundado das provas carreadas aos autos.



Estamos diante de um instrumento de cognição sumária que, a par de demandar prova pré-constituída de todo o alegado na missiva, não admite a discussão de qualquer matéria que demande produção e análise de provas.

Na verdade, toda e qualquer discussão relativa à participação na prática delituosa deve ser reservada ao processo crime, com a devida instrução, por ser o momento oportuno para que a defesa técnica seja apresentada e faça provas em favor da paciente, sendo, portanto, a presente medida via imprópria para suscitar tais alegações.

Outro não é o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. (...) 2. A análise acerca da negativa de autoria e da fragilidade probatória veiculada na inicial é questão que não pode ser dirimida na via sumária do habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal. 3. (...) (HC 247.955/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 20/03/2013) (grifos e omissões nossos).

Ainda assim, não custa registrar que, **para fins de prisão cautelar, a exigência é que haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, e não prova cabal da mesma, servindo esta última para embasar uma eventual condenação.**

Trago à baila jurisprudência firmada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça:

HABEAS CORPUS. (...) TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O NARCOTRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. PRETENDIDA REVOGAÇÃO. MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA DELITIVA. FRAGILIDADE PROBATÓRIA. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. LESÃO À SAÚDE PÚBLICA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. CIRCUNSTÂNCIAS QUE EVIDENCIAM A EXISTÊNCIA DE ESTRUTURADA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA ENVOLVENDO A DISTRIBUIÇÃO DE DROGAS NAS FAVELAS E HOMICÍDIOS ENTRE FACÇÕES CRIMINOSAS. POTENCIALIDADE LESIVA DAS INFRAÇÕES. GRAVIDADE CONCRETA. NECESSIDADE DE ACAUTELAMENTO DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E

CONSTITUCIONAL. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. 1. Para a decretação da prisão preventiva, não se exige prova concludente da autoria delitiva, reservada à condenação criminal, mas apenas indícios suficientes desta, que, pelo cotejo dos elementos que instruem o mandamus, se fazem presentes. 2. A análise acerca da negativa de autoria e da fragilidade probatória veiculada na inicial é questão que não pode ser dirimida na via sumária do habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal. (...) 2. Habeas Corpus não conhecido. (HC 247.955/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2013, DJe 20/03/2013) (grifos e omissões nossos).

In casu, consta na decisão que converteu o flagrante e decretou a prisão (fls.67) que a 'prova de materialidade e indícios de autoria para fins de manutenção da prisão em flagrante no presente momento exsurtem nos autos através dos depoimentos da vítima e dos policiais que realizaram a prisão do autuado perante a autoridade policial'.

Não conheço, pois, da tese de negativa de autoria levantada pelo impetrante.

DA ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO

De acordo com as informações prestadas (fls. 159/160), os autos revelam que o paciente Elias Soares de Freitas foi denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 121, §2º, II, c/c art. 14, II, do Código Penal.

O Magistrado informou que a preventiva foi decretada em 04/09/2012, por ocasião da conversão do flagrante; a denúncia foi recebida em 03/10/2012; citado, o paciente não apresentou resposta à acusação, tendo sido nomeado defensor dativo para este fim; o paciente constituiu advogado e apresentou resposta à acusação; um pedido de revogação da preventiva foi indeferido pelo juízo, após parecer desfavorável do Ministério Público; foi realizada colheita de prova, bem como interrogatório do paciente; novo pedido de revogação da preventiva foi formulado, o qual obteve parecer desfavorável por parte do Ministério Público e foi indeferido; o processo encontra-se no

aguardo do atendimento de determinação judicial por parte do Instituto de Criminalística, para, então, seguir à fase de alegações finais.

Pelo que se observa, o Judiciário tem se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário, não se podendo atribuir ao Juízo qualquer responsabilidade pelo retardo na conclusão da instrução.

O próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)**2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.** 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Na hipótese em apreço, como ressaltado pelo *Parquet* (fls.208), 'conforme o que consta dos autos, a autoridade coatora vem realizando o devido esforço em relação a sua tramitação para que se dê do modo mais rápido possível, estando os autos apenas aguardando a resposta do Instituto de Criminalística, para conclusão do feito'.

Afasto, assim, a alegação de constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa.

DOS REQUISITOS PARA A PREVENTIVA

Com relação aos requisitos para a preventiva, em consulta ao Sistema Judwin deste Egrégio Tribunal, tenho que, em 04/09/2012, a prisão em flagrante do paciente foi convertida em preventiva com os seguintes fundamentos (grifos nossos):

AUTO DE PRISÃO EM FRAGRANTE DELITO

nº 8977-53.2012.8.17.0990

Vistos, etc...

Decisão Interlocutória

A Autoridade Policial do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa – DHPP - 1ª Turma da Força Tarefa de Homicídios – Equipe I – remeteu o auto de Prisão em Flagrante delito em desfavor de ELIAS SOARES DE FREITAS, brasileiro, nascido em 19/04/1989, RG. 7.608.969-SDS-PE, natural de Abreu e Lima-PE, filho de José Soares de Freitas e de Elizabete Viana da Silva, residente na Estrada da Mirueira, s/nº, Águas Compridas, Olinda-PE; por infringir o art. 121, § 2º, inciso II c/c o Art. 14, II, ambos do Código Penal, tendo como vítima a pessoa de Leandro Farias de Souza.

Os autos revelam que no dia 02 de setembro de 2012, na Estrada da Mirueira, próximo ao "Bar do Dinho", quando o autuado ELIAS SOARES DE FREITAS apontou a arma de fogo – um revólver, calibre 38 – em direção da vítima, apertou o gatilho, tendo "pinado" e por circunstâncias a sua vontade não atingiu a vítima. Nesse momento, houve luta corporal entre ambos, caindo a arma ao chão.

Em sequência, após notícia na localidade, os policiais chegaram e prenderam o autuado, ainda em luta contra a vítima, seguindo para a Delegacia de Polícia.

Decido:

O flagrante está formalmente em ordem, por observância dos requisitos legais.

A prova de materialidade e indícios de autoria para fins de manutenção da prisão em flagrante no presente momento exsurgem nos autos através dos depoimentos da vítima e dos policiais que realizaram a prisão do autuado perante a autoridade policial.

O "**periculum libertatis**" também resta patente, em vista da gravidade do delito, responsável por indiscutíveis perturbações à ordem pública ao fomentar a prática de outros ilícitos, notadamente homicídio.

Dos autos evidenciam a responsabilidade do mesmo, haja vista presentes os depoimentos das testemunhas e da vítima, inclusive o autuado ELIAS SOARES DE FREITAS confessou que já ficou preso por quase 03 (três) anos por roubo, evidenciando sua vivência no mundo do crime. Ademais, há nos autos notícia de que é temido na comunidade, causando temor às testemunhas em depor perante a autoridade policial. Inclusive, ameaçou a vítima ainda nas dependências da Delegacia, afirmando que iria matá-la quando fosse posto em liberdade.

Nesse passo, a custódia do autuado é de interesse coletivo e da Justiça Criminal, que prevalecem às suas condições pessoais, sendo assim, estão presentes, no caso em tela, os requisitos constantes no art. 312 do CPP, inviabilizando a concessão da liberdade provisória

ou a substituição por outra medida cautelar diversa da prisão, alencadas no art. 319, com nova redação dada pela Lei nº 12.403/11.

Isto posto, **CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO EM DESFAVOR DE ELIAS SOARES DE FREITAS EM PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 312 do CPP, para garantia da ordem pública.**

Após, vista ao MP, para tomar conhecimento da presente decisão. Expeça-se o respectivo mandado de prisão preventiva.

Olinda, 04/09/2012

Maria Segunda Gomes de Lima
Juíza de Direito

Sendo assim, não prospera a alegação de que **não estão presentes os requisitos para a preventiva.**


Andou bem o Ministério Público ao pontuar que 'a decisão que converteu a prisão em preventiva do paciente baseou-se acertadamente na garantia da ordem pública, pelo fato de, se solto o paciente, existirá sempre a possibilidade de cometer crimes, inclusive por já ter sido condenado e cumprido pena de três anos por roubo'.

Vale registrar que consta nos registros do Sistema Judwin deste Tribunal que o ora paciente responde a dois outros processos (nº.0048940-28.2012.8.17.0001 e nº. 0008450-33.2007.8.17.0810), já contando, inclusive, com sentença condenatória pela prática de tentativa de roubo.

Com as considerações postas, não conheço da alegação de negativa da autoria, e, na parte conhecida da medida, em anuência ao entendimento exarado pela douta Procuradora de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 04 de junho de 2014.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator Substituto